

MANIFESTO À POPULAÇÃO E REPRESENTANTES DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O DESASTRE AMBIENTAL DE MAIO DE 2024

AMBIÉTICA ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

Rua Silveira Martins, 810, sala 701
Centro, Novo Hamburgo - RS
CNPJ: 07.626.600/0001-09

DUDUNews COMUNICAÇÃO LTDA

Rua Bento Gonçalves, 2399, sala 1601
CEP 93510365 - Centro, Novo Hamburgo - RS
CNPJ: 51.382.254/0001-52

Nós da **AMBIÉTICA ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA** em conjunto com a **DUDUNews COMUNICAÇÃO LTDA**, manifestamos nossa profunda preocupação e solidariedade perante as consequências do desastre ambiental ocorrido em maio de 2024. Este documento tem como objetivo acolher e apoiar a população gaúcha, bem como apresentar sugestões e medidas para melhorar a gestão ambiental e prevenir futuros desastres.

1 - CONSEQUÊNCIAS DO DESASTRE

Desde o final de abril até o final de maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi assolado por chuvas intensas e incessantes que causaram uma devastação sem precedentes. Este período de precipitações extremas resultou em um desastre ambiental e humanitário de enormes proporções, com consequências profundas e duradouras para a região. Aqui estão os detalhes mais abrangentes e atualizados sobre as consequências deste evento catastrófico:

1.1 - Destruição de Infraestruturas:

Cidades: Diversas cidades e áreas foram severamente afetadas, com casas, prédios comerciais e instalações públicas destruídos.

Pontes e Estradas: Pontes foram arrastadas pela força das águas e estradas principais e secundárias foram interrompidas ou completamente destruídas, isolando comunidades e dificultando os esforços de resgate e ajuda humanitária.

1.2 - Inundações Generalizadas:

Áreas Urbanas e Rurais: Tanto áreas urbanas densamente povoadas quanto áreas rurais vastas ficaram submersas. Os rios Guaíba, Caí, Jacuí, Taquari e dos Sinos transbordaram, inundando bairros inteiros e grandes extensões de terras.

Deslocamento de População: Mais de 600 mil pessoas¹ foram deslocadas de suas casas, enfrentando a perda de familiares, de suas propriedades e de meios de subsistência. Abrigos provisórios foram estabelecidos, mas muitos ainda enfrentam condições precárias.

1.3 - Perdas Humanas e de Saúde:

Vítimas Fatais: O número de mortos totaliza mais de 170 vítimas², incluindo crianças, idosos e trabalhadores de emergência, em decorrência dos deslizamentos de terra e afogamentos.

Saúde Pública: A contaminação da água potável devido ao transbordamento de esgotos e a proliferação de doenças transmitidas pela água, como leptospirose e hepatite A, colocaram e ainda colocam em risco a saúde pública. Hospitais e unidades de saúde enfrentaram uma demanda crítica por atendimentos.

¹ Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/desastres-ambientais-elevam-n%C3%BAmero-de-deslocados-no-brasil/a-69084520>

² Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/temporais-no-rs-saiba-quem-sao-as-vitimas.ghtml>

1.4 - Impacto Econômico:

Agronegócio: Os setores agrícola e pecuário, pilares da economia gaúcha, sofreram impactos significativos com a destruição de plantações, morte de gado e danos às infraestruturas rurais. Estima-se que as perdas ultrapassem bilhões de reais.

Indústria e Comércio: Pequenas e médias empresas, bem como indústrias localizadas nas áreas afetadas, interromperam suas operações, levando a um aumento no desemprego e à desaceleração econômica. A recuperação destes setores exigirá investimentos substanciais e tempo.

1.5 - Impacto Ambiental:

Ecossistemas Aquáticos e Terrestres: A flora e fauna locais foram gravemente afetadas. Ecossistemas fluviais sofreram com a sedimentação e poluição, enquanto áreas florestais e habitats naturais foram destruídos.

Contaminação e Resíduos: A inundação causou a dispersão de resíduos sólidos e químicos perigosos, aumentando a poluição ambiental e os riscos à saúde pública. A gestão e limpeza desses resíduos representam um desafio contínuo.

1.6 - Resposta e Mitigação:

Apoio Humanitário: Organizações governamentais e não governamentais mobilizaram esforços para fornecer assistência imediata às vítimas, incluindo alimentos, água potável, roupas e abrigo. No entanto, as necessidades superam a capacidade de resposta atual.

Reconstrução e Prevenção: Iniciativas de reconstrução estão sendo planejadas, mas a execução requer recursos significativos e uma coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil. A implementação de medidas preventivas e de infraestrutura resiliente é crucial para mitigar futuros desastres.

As consequências deste desastre ambiental serão perceptíveis e vivenciadas por muitos anos. É fundamental que aprendamos com este evento e tomemos medidas concretas para melhorar a gestão dos recursos hídricos, fortalecer a infraestrutura de saneamento e desenvolver estratégias de mitigação de desastres que possam proteger a população e o meio ambiente de eventos climáticos extremos no futuro.

2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELA POPULAÇÃO

2.1 - Loteamentos Irregulares: Há denúncias graves de que loteamentos estão sendo realizados em áreas de risco, muitas vezes facilitados por políticos locais através de terceiros. Esse tipo de atividade não só coloca em perigo a vida dos futuros moradores dessas áreas como também agrava a vulnerabilidade ambiental e estrutural da região. É impreterível que haja uma fiscalização rigorosa e transparente, juntamente com a implementação de políticas de urbanização sustentável que protejam tanto os cidadãos quanto o meio ambiente.

2.2 - Responsabilidade do Poder Público: A população tem destacado repetidamente a falta de ação e prevenção por parte das autoridades responsáveis. A percepção geral é que, apesar dos avisos e dos riscos conhecidos, as medidas necessárias para evitar catástrofes não foram tomadas. Essa ausência de proatividade contribui para a gravidade dos impactos de desastres naturais. É crucial que os órgãos públicos assumam sua responsabilidade, implementando políticas preventivas e de resposta eficazes.

2.3 - Gestão de Resíduos: A gestão ineficiente de resíduos é uma queixa constante. A coleta irregular de lixo e o acúmulo de resíduos nas ruas e arroios não só afetam a saúde pública, mas também agravam as enchentes e poluem os recursos hídricos. Para mitigar esses problemas, é necessário um sistema de coleta de lixo mais eficiente, campanhas de conscientização sobre a importância do descarte correto e investimentos em infraestrutura para gerenciamento de resíduos.

2.4 - Infraestrutura de Saneamento: A infraestrutura de saneamento apresenta sérias deficiências. A falta de limpeza e dragagem dos rios, aliada à manutenção inadequada das redes de esgoto e abastecimento de água, resulta em frequentes inundações e contaminações. Investir na modernização e manutenção dessas infraestruturas é essencial para garantir a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. Planos de contingência também devem ser desenvolvidos para enfrentar emergências.

2.5 - Educação e Conscientização Ambiental: Há uma necessidade urgente de programas contínuos de educação e conscientização ambiental. Esses programas devem focar no descarte correto de resíduos e na reciclagem. A educação ambiental nas escolas e campanhas comunitárias podem ajudar a criar uma cultura de responsabilidade ambiental desde cedo.

2.6 - Planejamento Urbano: A falta de planejamento urbano adequado e a ocupação irregular de áreas de risco são problemas críticos apontados pela população. Áreas que deveriam ser protegidas estão sendo urbanizadas sem os devidos cuidados, aumentando o risco de desastres naturais. A revisão e atualização dos planos diretores municipais são necessárias para garantir que o desenvolvimento urbano seja sustentável e seguro, protegendo tanto os cidadãos quanto o meio ambiente.

3 - PROPOSTAS PARA MELHORIA E PREVENÇÃO

3.1 - Revisão e Fortalecimento da Legislação Ambiental: É essencial revisar e fortalecer as políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente e a prevenção de desastres naturais. Isso inclui a atualização das leis ambientais para refletir as necessidades atuais, a criação de regulamentos mais rígidos para a ocupação de áreas de risco e a implementação de sanções eficazes para violações. A legislação deve promover o desenvolvimento sustentável, garantindo que as atividades econômicas não comprometam a integridade dos ecossistemas e a segurança das populações.

3.2 - Gestão Eficiente de Resíduos Sólidos: A melhoria da coleta e gerenciamento de resíduos sólidos é crucial para evitar a poluição e reduzir os riscos de enchentes. Isso envolve o fortalecimento da infraestrutura de coleta de lixo, a implementação de programas de reciclagem e compostagem, e o desenvolvimento de planos de contingência robustos para situações de desastre. Além disso, campanhas de conscientização pública devem ser realizadas para educar a população sobre a importância do descarte correto de resíduos e a redução do consumo de materiais descartáveis.

3.3 - Infraestrutura e Monitoramento: Manter e expandir a infraestrutura de proteção contra cheias, bem como a rede de monitoramento hidrológico e meteorológico, é fundamental para permitir previsões mais precisas e ações preventivas eficazes. Isso inclui a construção e manutenção de diques, a dragagem regular de rios e arroios, e a instalação de sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos. Investir em tecnologias de monitoramento avançadas pode ajudar a antecipar desastres e mitigar seus impactos.

3.4 - Educação Ambiental: Desenvolver programas permanentes de sensibilização, formação e educação sobre riscos ambientais e estratégias de mitigação é essencial para envolver a sociedade civil nos processos de planejamento e decisão. Esses programas devem ser implementados em escolas, comunidades e empresas, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis. A educação ambiental deve ser contínua e adaptada às diferentes faixas etárias e contextos sociais.

3.5 - Planejamento Urbano e Rural: Revisar e atualizar os planos diretores municipais é necessário para evitar ocupações em áreas de risco e garantir moradias seguras e dignas para as comunidades desfavorecidas. O planejamento urbano deve incluir zonas de proteção ambiental, áreas de risco demarcadas e regulamentações claras para o uso do solo. Além disso, é importante promover o desenvolvimento de infraestrutura verde, como parques, áreas de retenção de água e corredores ecológicos, que podem ajudar a mitigar os impactos das mudanças climáticas.

3.6 - Colaboração Institucional: Promover uma maior integração entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil é crucial para a implementação de políticas de prevenção a desastres. Isso envolve a criação de comitês de gestão de risco que incluam representantes de diferentes setores, como governo, academia, ONGs e comunidades locais. A colaboração institucional deve ser incentivada através de acordos formais, troca de informações e recursos, e a coordenação de ações de resposta a emergências.

3.7 - Descarbonização e Sustentabilidade: Implementar políticas para a redução das emissões de gases de efeito estufa é essencial para combater as mudanças climáticas. Isso inclui a promoção da transição para fontes de energia renovável, como solar e eólica, e o incentivo a práticas sustentáveis em todos os setores da economia. Políticas de descarbonização devem incluir incentivos fiscais para empresas que adotam tecnologias limpas, programas de eficiência energética, e o desenvolvimento de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. A sustentabilidade deve ser um princípio orientador em todas as decisões de desenvolvimento econômico e planejamento urbano.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A **AMBIÉTICA ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA** e a **DUDUNews COMUNICAÇÃO LTDA** reafirmam seu compromisso com a população do Rio Grande do Sul, colocando-se à disposição para colaborar de maneira ativa e contínua com os esforços de reconstrução e prevenção de futuros desastres. Estamos profundamente comprometidos em utilizar nosso conhecimento e redes de contato para apoiar iniciativas que visem à recuperação das áreas afetadas e à implementação de medidas preventivas eficazes.

Os eventos recentes evidenciaram a necessidade urgente de ações coordenadas e estratégias integradas para enfrentar os desafios ambientais e climáticos que se apresentam. É essencial que aprendamos com as lições deixadas por este desastre, utilizando essa experiência como um catalisador para mudanças significativas e duradouras.

Para alcançar um futuro mais seguro, resiliente e sustentável, é fundamental que todos os níveis de governo — municipal, estadual e federal — trabalhem em estreita colaboração com a sociedade civil, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e setor privado. A cooperação interinstitucional deve ser fortalecida, promovendo a troca de informações, recursos e expertise para a criação de políticas públicas eficientes e a execução de projetos de infraestrutura resilientes.

Enfatizamos a importância de um planejamento urbano sustentável, que considere as peculiaridades ambientais de cada região e que implemente soluções inovadoras e ecológicas para a mitigação dos impactos climáticos. Programas de educação ambiental devem ser ampliados, engajando a população desde a infância na conscientização e responsabilidade para com o meio ambiente.

Adicionalmente, destacamos a urgência de investir em tecnologias avançadas de monitoramento e prevenção, que permitam a antecipação de eventos climáticos extremos e a adoção de medidas proativas. A descarbonização e a promoção de práticas sustentáveis em todos os setores econômicos são passos imprescindíveis

para reduzir a vulnerabilidade ambiental e construir uma sociedade mais preparada para enfrentar as adversidades futuras.

Convidamos todos os cidadãos gaúchos, líderes comunitários, gestores públicos e representantes políticos a unir esforços nesta causa comum. Juntos, podemos transformar os desafios atuais em oportunidades para um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso com a natureza, garantindo assim um legado de resiliência e sustentabilidade para as gerações futuras.

Novo Hamburgo, 12 de junho de 2024

GUSTAVO MÜLLER

Diretor Comercial da Ambiótica Assessoria Ambiental Ltda



EDUARDO HENRIQUE SCHMITZ

Representante da Dudunews Comunicação Ltda

